

*Terrorismo – Tragédia e Razão**

Antonio Carlos Peixoto, Carlos Eduardo Martins, Fernando Padovani,
Ricardo Vieira Alves, Theotônio dos Santos.

Organizado por Maria Emília C. Prado e Oswaldo Munteal Filho.

Vânia Bambirra**

Raras vezes tem-se em mãos um livro tão instigante. Não apenas pelo enfoque objetivo e sereno de tema tão controverso, como pela fuga da análise pronta e similar que já ficou até cansativa na imprensa nacional e internacional. Não se trata de relembrar lugares comuns – como os de que a culpa é da exploração histórica do imperialismo sobre os povos oprimidos – ou das vulgaridades perigosas do presidente G.W Bush, como o famoso “ou se está conosco ou contra nós”. Trata-se, e se consegue explicar, de forma analítica, as razões da tragédia. E têm razão os organizadores deste livro no sentido de que seria “impossível à Universidade manter uma posição passiva” diante dela.

O artigo de Antônio Carlos Peixoto busca mostrar a raiz mais recente do atual conflito entre o fundamentalismo e a política ocidental. Destaca, e cita vários exemplos, de como nos anos cinquenta, a partir da Conferência de Bandung e do advento do Movimento dos Não Alinhados, no mundo árabe e no islâmico, houve toda uma expectativa de afirmação de nacionalismos e de projetos de desenvolvimento industrial. Tais projetos chocaram-se com os interesses das grandes potências ocidentais, frustrando-se e provocando uma virada na expectativa desses mundos. É aí que devem ser encontradas as razões do atual antiocidentalismo.

Tal frustração reforça a vertente religiosa, o fundamentalismo, especialmente a partir dos anos setenta. Na luta contra o império do ateísmo e do materialismo fortificada com a invasão soviética ao Afeganistão, os EUA e a Inglaterra tentaram tirar partido da questão apoiando a resistência afegã, a Bin Laden e mobilizando, ao mesmo tempo o Iraque – que buscava a hegemonia no mundo árabe – contra o fundamentalismo do Irã. Tal aventura terminou com a Guerra do Golfo e, na crista da onda da luta contra o URSS,

* Editora Revan, Rio de Janeiro, 2002.

** Socióloga e cientista política, doutora em economia pela UNAM, professora titular aposentada da UnB.

chegou ao poder o Talibã. Ficam assim patentes os erros mais cruciais cometidos pela política estadunidense na região: a sua incapacidade de mediar a paz entre Israel e Palestina, a alocação de tropas na Arábia Saudita e o embargo ao Iraque, erros que só fizeram ampliar o fosso entre o Islã e o Ocidente.

O autor conclui que, quanto ao combate prioritário ao terrorismo, coloca-se a questão dos gastos militares. “Desta questão depende a conduta diplomático-estratégica norte-americana e o modo pelo qual os Estados Unidos deverão fazer face aos desafios que se colocam à sua hegemonia” (p.19). A solução que vislumbra para a segurança americana é a solidariedade internacional o que nos permite indagar: até que ponto isso será possível tratando-se de uma sociedade regida pelo unilateralismo de G.W. Bush?

O ensaio de Carlos Eduardo Martins é uma análise da deterioração da hegemonia dos Estados Unidos que vem desde 1967. Tal fenômeno atinge, primeiro, sua base produtiva e comercial para, em seguida, estender-se aos planos financeiro, ideológico e militar. Sua análise está, em parte, baseada em três autores que são Giovanni Arrighi, Beverly Silver e I. Wallerstein.

Carlos Eduardo integra a análise dos autores citados acima à teoria dos ciclos longos de Nicolai Kondratiev, demonstrando como as três tendências de longa duração da trajetória dos Estados Unidos levarão ao caos sistêmico fazendo com que o mesmo perca a liderança da economia mundial. “O autor crê que os países periféricos poderão dominar o centro da economia mundial desde que se articulem internamente e externamente para isso” (p. 32). Periferia e Centro, Ocidente e Oriente, podem buscar uma civilização planetária.

Sobre o futuro imediato da América Latina o autor é pessimista. Ele acredita que a Região possa vir a ser o instrumento de poder dos Estados Unidos para postergar sua decadência. Cremos que tal raciocínio é bastante lógico se pensado desde a perspectiva da implantação da ALCA.

No contexto de sua análise, o 11 de setembro é nada mais do que o primeiro indicador de um período de caos sistêmico que levará a uma profunda desorganização do capitalismo mundial.

Ele destaca que, nos anos noventa, os democratas flexibilizaram a política imperial, gerando superávites fiscais por meio de cortes dos gastos militares e redução das taxas de juros. Porém, a crise cíclica e a volta dos republicanos ao poder traz de volta o projeto imperial. Ganha-se, de novo, prioridade a Guerra nas Estrelas. Concordando com o autor, é por essa razão que os EUA querem invadir o Iraque a todo custo, a despeito da inexistência de provas sobre o envolvimento do país com grupos terroristas admitida até

pela CIA (Jornal do Brasil, 11/09/02), e das resistências européias e, sobretudo, da Liga Árabe.

Na questão da guerra, o problema mais grave para os EUA é o fato de que eles alcançam seus objetivos de destruição de cidades, de civis, sobretudo idosos e crianças, mas pelo temor à alta baixa de homens nas batalhas terrestres, fracassam ao derrubar os inimigos principais, como foi o caso de Saddam Hussein e Bin Laden.

O fato é que a política imperial é incapaz de garantir a segurança de sua população (p. 35). “Esse novo inimigo é de difícil controle por parte do hegemón. (...) Está localizado de forma difusa pelo território global (...) e porque a massificação das tecnologias de destruição permite seu uso por nós dispersos da rede” (p. 35). Por tais razões, o autor chega a vislumbrar, por desespero do sistema, “uma nova ofensiva ideológica que busca a implantação de políticas fascistas”. Diante de tal ameaça, Carlos Eduardo pensa na possibilidade de “se impor o projeto de uma nova sociedade planetária” (p. 37).

O texto de Fernando Padovani mostra a proximidade do Paquistão com o Afeganistão, razão pela qual aquele foi escolhido aliado estratégico dos EUA. Pesou para isso o fato de serem os serviços de inteligência extremadamente facilitados, o fato dos paquistaneses se oporem ao Talibã e outras facilidades diplomáticas, logísticas ou financeiras (p. 60).

O primeiro objetivo dos EUA foi bombardear os centros urbanos, desgastar o Talibã, diante da população civil em geral e dos comandantes para-militares, a maioria da população pashtu, base de sustentação da milícia islâmica. O segundo objetivo foi “deixar os grupos rebeldes do norte em stand-by, condição imposta pelo Paquistão.

A população havia aceito o Talibã porque este significava apenas a imposição de normas apenas um pouco mais estritas do que as vigentes na sociedade afegã. “Definitivamente, não foi o Taliban que trouxe o fundamentalismo para o país”.

No transfundo de toda essa política estava o conflito Índia versus Paquistão pela Caxemira, no qual o Talibã tomara partido da última. Isso explica o desgaste interno e externo da estratégia americana anti-talibã que causou perda de vidas civis sem alcançar resultados militares.

A partir de cinco semanas de bombardeio, sem que nenhuma bomba houvesse caído na linha de frente Talibã, ocorre um redirecionamento diplomático por parte dos EUA, ou seja, a aproximação da China e da Rússia, que transformam-se nos principais pilares da ofensiva. A Aliança do Norte toma Mezar-i-Sharif e, em seguida, entram na capital Kabul.

O autor destaca as grandes dificuldades de unificação das forças políticas afegãs depois de anos de guerra fratricida, líderes tribais, líderes religiosos mullahs, líderes do Talibã, geralmente jovens, ausência de lideranças efetivas e diretrizes gerais. Como fator complicador, esses grupos mantêm relações claras com o tráfico internacional de ópio (matéria prima da heroína).

Todas essas contradições são destrinchadas de forma exemplar por Fernando Padovani o que o leva a crer que a reconstrução política do país pressupõe a desmilitarização, sob supervisão da ONU e de forças de paz, para garantir um governo múltiplo e representativo. Porém, o autor crê que “não há cenário futuro, por mais favorável que seja, que projete realisticamente uma derrota total e definitiva das milícias radicais e de numerosos simpatizantes” (p. 59).

Do ponto de vista paquistanês sua visão sempre foi pragmática: “retirar recursos dos EUA e animar um nacionalismo antiindiano, desestabilizar a Índia e manter a Caxemira e o Afeganistão como Estados Satélites”, reequilibrando o jogo na região (p. 63). Contudo, o que mantém Musharraf no poder é um equilíbrio precário de forças, sobretudo o apoio norte-americano. Assim, a composição do futuro governo de Kabul será definitiva para o equilíbrio geopolítico da região.

O autor mostra, também, como é inócuo o efeito dos bombardeios ou uma eventual captura de Bin Laden sobre o terrorismo de modo geral. “Talvez, pelo contrário, provoquem a sua exacerbação”.

Finalmente, Fernando Padovani mostra como as organizações terroristas, num mundo globalizado, tornam-se também organizações não governamentais e, assim sendo, se as instituições de defesa americanas se mostraram ineficientes foram, sobretudo, “conceitualmente” ineficientes. Na época da guerra fria a polaridade entre Estados era sustentada pelo “equilíbrio do terror”. Hoje, tal equilíbrio se desfaz no que tem sido chamado de conflito assimétrico.

As perspectivas que vislumbra para o Afeganistão são mais otimistas: governo de transição, conselho de representantes de todas as facções étnicas, religiosas, políticas, lideradas em nome do consenso, com duração de dois anos para convocar uma Assembléia Constituinte. Um governo garantido pelas forças de paz internacionais.

A pior solução seria o abandono, como o que adveio após a paz pactuada, em 1991 entre EUA e a URSS.

O trabalho de Ricardo Vieira Alves de Castro enfoca os aspectos psicossociais do terrorismo. Segundo o mesmo, o que mais afetou, tanto a sociedade americana como fora dela, foi o sentido de invulnerabilidade da mesma. Os Estados Unidos sempre se consideraram, de direito e de fato,

como os guardiões da democracia ocidental. Diante dos novos fatos do 11 de setembro, todo o mundo ocidental passou a sentir-se vulnerável pois, afinal, se a grande potência não pode garantir a sua própria segurança como garantirá a do resto do planeta?

Diante desse fato novo, os EUA resolveram realizar espetaculares demonstrações de força. A primeira intimidação foi impingida ao próprio Afeganistão, como se um “Estado se define pelo poder de força que detém”. Convocaram o mundo, ocidental e oriental para uma nova “cruzada”, para uma “guerra infinita e derradeira, (sem) prazo para terminar e sem expectativa de solução imediata”.

No plano interno, promoveram-se as cassações dos direitos civis e definiram-se quem são os cidadãos de primeira e segunda classe. Assim, “o medo conservador americano trata de um surto violento de discriminação, racismo e intolerância” (p. 80), (...) “o paradigma estabelecido por Hobbes, no *Leviatã*, encontra-se em plena atualidade”. Tudo isso, forma um caldo de cultura para os discursos da intolerância, vale dizer, para o fascismo. O que se pode depreender da análise de Ricardo Vieira é que essa situação social não deixa de apontar no sentido de uma crise dos ideais do liberalismo clássico e de ser contraditória com os fundamentos do Estado Democrático de Direito na maior “democracia” burguesa da nossa época.

O autor destaca também como a economia – que, diga-se de passagem, já estava em crise antes do dia 11 de setembro - redirecionou os investimentos para o setor militar e de segurança transformando o Estado de bem-estar em agente de controle, vigilância e paranóia. Ao invés de construir pirâmides, como recomendava Keynes faz-se um escudo antimísseis e guerra nas estrelas.

O artigo de Theotônio dos Santos representa uma síntese final do livro, centrado eminentemente no aspecto econômico e nas razões da tragédia do terrorismo. O autor salienta que “a tragédia não costuma ser boa conselheira” para a explicação do fenômeno, pois seus agentes buscam explicá-la através de seus pré-juízos e da defesa de seus próprios interesses sociais. Ambos, liberais e conservadores buscaram valer-se deles: uns para reforçarem suas intenções militaristas, outros para obrigarem a direita a um pacto com a oposição.

Embora o governo Bush acentue o unilateralismo, ambos os lados aceitam o caminho da guerra que busca consolidar a presença americana no Golfo Pérsico, onde se encontra o petróleo e no Oceano Índico onde se encontram as duas potências nucleares rebeldes, a Índia e o Paquistão. O custo direto do conflito será repassado ao contribuinte que o aceita de bom grado enquanto durar a onda nacionalista-chovinista. Porém, tal momento

será efêmero, pois em uma sociedade capitalista “o bolso costuma falar mais alto que os sentimentos morais” (p. 90).

De fato, os conservadores estão lançando mão dos recursos orçamentários, dos fundos da previdência social, sob o pretexto das necessidades de salvamento, reconstrução e bélicos em geral.

A crise americana já campeava quando houve o 11 de setembro e Alham Greespan já buscava o consenso europeu para baixar a taxa de juros e evitar a fuga de capitais dos EUA. O capital financeiro entra na defensiva e os fatores que estimulam a retomada dos investimentos ganham impulso numa situação como essa. “Tudo isso funciona na direção de medidas anticíclicas de inspiração keynesiana”. Mas Theotônio também concorda com que os acontecimentos de 11 de setembro “põem em questão a hegemonia incontestada dos Estados Unidos e precipitam ainda mais a tendência depressiva do dólar”, por sinal, como o mesmo já havia demonstrado em análises anteriores.

Ora, uma desvalorização do dólar representa uma desvalorização dos ativos mundiais. Tal situação, ao favorecer as exportações norte-americanas, abre as portas para a retomada do crescimento em bases mais sólidas. Porém existem elementos que contrarrestam esta tendência e que o autor busca analisar de forma sintética. O grande drama da economia americana é o déficit de balança comercial que chega em 2000 a “níveis insustentáveis”. Com a conjuntura gerada pelo 11 de setembro acentuam-se as dúvidas sobre o verdadeiro valor do dólar...

Por último, Theotônio percebe que a circunstância do 11 de setembro vem apenas acentuar as tendências que já existiam na economia mundial, ou seja, “uma fuga para as atividades produtivas, quer dizer, uma recuperação econômica generalizada (...) um ciclo longo de acumulação baseado nas ondas longas de Kondratiev”.